

# PANORAMA DOS CURSOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL E O ENSINO À DISTÂNCIA<sup>1</sup>

Lucas de Moraes Ramos<sup>2</sup>

## RESUMO

A educação superior em Relações Internacionais (RI) no Brasil se iniciou formalmente no ano de 1974, desde então, o curso ganhou mais espaço no cenário do ensino superior brasileiro, hoje estando presente em 168 instituições de ensino superior. A história do curso de RI e um panorama do curso foram descritos no trabalho de Maia (2020). No entanto, a oferta de cursos de graduação em Relações Internacionais passou por transformações significativas em tempos recentes. Em primeiro lugar em razão da necessidade de adequação dos currículos frente a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais em 2017, mas especialmente em razão da expansão da educação à distância. Este artigo busca apresentar o resultado de pesquisa que identifica, descreve e analisa essas transformações. Para tanto foi estruturada uma base de dados a partir das informações obtidas na plataforma EMEC do Ministério da Educação. Os dados obtidos foram complementados com análises e informações obtidas nos sites das Instituições de Ensino que oferecem o curso de Relações Internacionais e em fontes secundárias de pesquisas realizadas sobre o ensino de graduação em Relações Internacionais no Brasil. Conclui-se sobre a necessidade de análises sobre os impactos da educação à distância para a formação em RI no país.

**Palavras-Chave:** Relações Internacionais; Educação à distância; Ensino superior; Curso.

## ABSTRACT

The first International Relations (IR) higher education course in Brazil started its operation in 1974, since then, the course has gained more space in the higher education landscape, and today it is present in 168 higher education institutions. The history of the course and the general view on the course's landscape was described in detail by Maia (2020). However, the supply of International Relations courses has been through significant transformations in recent years. One of the reasons was the necessity of compliance of curricula after the enactment of the

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI-UFU) como parte das exigências para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação da Profa. Dra. Marrielle Maia Alves Ferreira.

<sup>2</sup> Discente do curso de Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

National Curricular Guidelines in 2017, the main reason for the transformations, however, was the expansion of distance learning courses in recent years. For that end, a database was structured from the information gathered in the EMEC platform, from the Ministry of Education. The data obtained was used in conjunction with data gathered from the official sources of different courses in as well as secondary sources of research that detail the instruction of IR in Brazil. The conclusion calls for the necessity of detailed analyses on the impact of distance learning on the higher education of IR in the country.

**Keywords:** International Relations; Distance learning; Higher education; Course.

## 1. Introdução

Na pesquisa de Maia (2020), o panorama do curso de Relações Internacionais no Brasil foi muito bem descrito, e o estudo auxiliou tanto na atualização sobre a situação dos cursos de RI como na criação de novos cursos de RI em todo o país. O estudo foi realizado no ano de 2017 para subsidiar a criação das Diretrizes Curriculares Nacionais:

Como as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecem as orientações para os cursos, certamente os cursos já existentes tiveram que adaptar suas políticas, estruturas e concepções de projetos pedagógicos às novas regras. Ademais, mudanças significativas ocorreram no cenário da educação superior do Brasil desde a publicação do estudo. Nesse contexto, atualizar o estudo contemplando também a oferta do ensino à distância em Relações Internacionais é de extrema relevância para subsidiar as políticas das Instituições de Ensino Superior, mas especialmente as políticas públicas sobre o desenvolvimento e consolidação da formação em Relações Internacionais no país.

Com efeito, desde a publicação do estudo, o principal vetor de mudança na conjuntura brasileira de RI foi a expansão de cursos e atividades à distância. Essas transformações foram intensificadas com a pandemia de COVID-19 que, em razão das medidas sanitárias de distanciamento, obrigaram Instituições de Ensino Superior ao trabalho remoto. Isso incentivou, especialmente entre as instituições privadas de ensino, a oferta de cursos à distância.

A pesquisa é de tipo descritivo a partir da atualização da base de dados que subsidiou o estudo de Maia (2020) e que reúne informações quantitativas e qualitativas sobre a oferta de cursos de Relações Internacionais no Brasil. A base de dados utilizada representa as informações fornecidas pelas universidades aprovadas pelo Ministério da Educação, que incluem dados de criação, localização, vagas, notas em classificação nacional e outras

informações. As fontes de informação foram buscadas na Plataforma EMEC do Ministério da Educação do Brasil, no sítio do Sistema Nacional da Educação Superior e também em fontes secundárias de estudos que abordam a formação em Relações Internacionais no Brasil

A conclusão aponta para a importância de conhecer o panorama atual da oferta de cursos de graduação para entender o próprio desenvolvimento do campo de estudos de Relações Internacionais no Brasil e a qualidade da formação. Além disso, a conclusão também traça possíveis caminhos de pesquisa para futuros estudos.

## **2. Evolução dos cursos de Relações Internacionais no Brasil**

O estudo das Relações Internacionais no Brasil é novo em comparação a outros cursos da área de Ciências Sociais no país. Ele surgiu somente nos anos 1970 e teve seu desenho baseado em cursos oferecidos no exterior, mais especificamente nos países ocidentais. Assim, a formação também foi influenciada pela literatura *mainstream* da área. Segundo Herz (2002) após a criação dos primeiros cursos, a academia passou a avançar nas bases teóricas para a análise de política externa e outros temas específicos de Relações Internacionais. A autora também afirma que a década de 1970 e 1980 foi caracterizada por uma baixíssima oferta de cursos no Brasil. Para ela, a proposta de formação não mostrou grande aderência às instituições de ensino superior. Essa baixa oferta da graduação também foi seguida pela pós-graduação com impacto para a produção intelectual brasileira no campo de estudos (HERZ, 2002).

O primeiro curso de Relações Internacionais foi iniciado no Brasil no ano de 1974, na Universidade de Brasília. Inicialmente, a oferta era de 20 vagas por turma, porém com o tempo este número dobrou para 40 vagas (MIYAMOTO, p. 105). Desde então, o curso se expandiu no Brasil, com o aumento tanto no número de cursos disponíveis quanto no número de vagas ofertadas.

Pfimer e Okado (2019) descrevem a expansão dos cursos de Relações Internacionais no Brasil em 5 períodos. O primeiro período mencionado pelos autores é o chamado “Protoperíodo”, que se dá entre a criação do primeiro curso em 1974 e a metade da década de 1990. Neste período, poucos cursos foram criados, com apenas uma pequena quantidade operando no território brasileiro.

O segundo período de expansão ocorreu na década de 1990, o qual os autores denominam como “expansionismo privado”, quando diversos cursos surgiram principalmente no setor privado, tanto em instituições com e sem fins lucrativos. O principal incentivo para essa

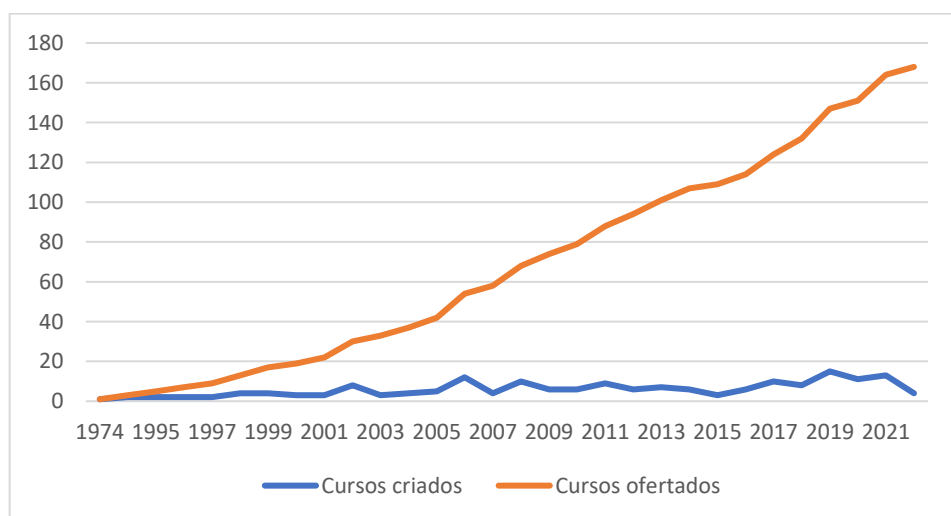
expansão foi a aprovação de dispositivos legais que criaram o cenário favorável para a criação de cursos privados com e sem fins lucrativos (PFRIMER; OKADO, 2019).

O terceiro período, denominado como “transição privado-pública” se desenvolveu a partir de 2001 com o início do Plano Nacional da Educação (PNE). Este plano se mostrou um grande incentivo ao ensino superior público, com a criação de diversos cursos de Relações Internacionais até mesmo em regiões que previamente não apresentavam o curso, como a região Sul e Centro-Oeste. Além disso, outros programas como o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) e o PROUNI (Programa Universidade para Todos) também incentivaram a criação de cursos no setor privado, por aumentarem a demanda pela educação superior mesmo nas universidades privadas (PFRIMER; OKADO, 2019).

O quarto período, por sua vez, é denominado de “expansionismo público”, e se deu a partir de 2008, com uma série de programas governamentais que incentivaram a criação de cursos principalmente em universidades federais. Essa onda foi importante também por oferecer uma maior dispersão dos cursos para as regiões Norte e Nordeste, áreas que previamente careciam de cursos de Relações Internacionais (PFRIMER; OKADO, 2019).

O quinto período ocorre a partir de 2016 e vai até o ano de 2019, e é denominado de “reconcentração geográfica” pelos autores. Neste período, segundo os autores, a expectativa para os cursos era de que “o número atual de aproximadamente cento e cinquenta cursos tenha atingido o ápice e de que haverá estagnação – ou até mesmo redução”. Essa previsão faz sentido quando observamos os dados da oferta de cursos presenciais, mas não retrata a expansão da oferta de cursos à distância (PFRIMER; OKADO, 2019).

Gráfico 1: Expansão da oferta de cursos de Relações Internacionais entre os anos de 1974 e 2023



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da plataforma EMEC.

Como demonstrado no Gráfico 1, a oferta dos cursos de RI permaneceu relativamente estável ao final dos períodos analisados por Pfrimer e Okada (2019) e Maia (2020), porém, um novo aumento ocorreu depois de 2019. O perfil dos novos cursos também mudou a partir deste momento, fator que será analisado posteriormente na presente pesquisa (EMEC, 2023).

### **3. Padrões para a criação de cursos de Relações Internacionais**

A criação de cursos de Relações Internacionais é condicionada por alguns padrões de qualidade que devem ser preenchidos na criação de cursos no Brasil. Estes requisitos são normatizados pelo Ministério da Educação de forma a garantir que cursos de RI tenham a capacidade de formar indivíduos preparados para o mercado de trabalho, com os conhecimentos necessários para a área de RI (BRASIL, 2023).

Um requisito importante é que cursos tenham coordenador e corpo docente formado na área de Relações Internacionais. Este requisito é importante para que se defina claramente a “especificidade epistemológica” do curso de RI. Desta forma, docentes de outras áreas podem compor a grade curricular do curso, porém, devem o fazer em disciplinas não-específicas à área de RI (BRASIL, 2023).

Outro requisito é a qualificação apropriada dos docentes, que são avaliados pelo MEC a partir de diferentes fatores, como titulação formal, publicações científicas e disciplinas ministradas em outras instituições. Essas qualificações são importantes para garantir que a criação do curso será regida por profissionais com experiência na área de Relações Internacionais (BRASIL, 2023).

Um terceiro requisito é um projeto acadêmico-pedagógico sólido, que deve possuir uma quantidade mínima de disciplinas de cada área mencionada pelo MEC, de modo a garantir uma ementa satisfatória para os padrões estabelecidos nacionalmente. Para isso, são necessárias: “1) disciplinas específicas das Relações Internacionais; 2) disciplinas auxiliares e correlatas; e 3) disciplinas optativas”. Além disso, outras diretrizes também tem que ser seguidas para a criação dos projetos acadêmico-pedagógico (BRASIL, 2023).

Por fim, instituições também devem seguir o requisito de possuir instalações básicas e recursos necessários para que a graduação de discentes seja efetuada com qualidade, como salas de aula, biblioteca, recursos de informática, sanitários e outros. Essas instalações são

importantes para permitir o acesso dos estudantes a todos os recursos necessários para que o ensino seja possibilitado por completo (BRASIL, 2023).

Uma métrica importante para a análise de cursos de educação superior no Brasil é o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), exame aplicado de forma trienal em cursos de educação superior no Brasil. O ENADE foi instituído no Artigo 5º da lei Nº 10.861 de 14 de abril de 2004, e tem como objetivo aferir “o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação” (BRASIL, 2004).

#### 4. Distribuição de cursos presenciais no Brasil

Atualmente, existem 168 cursos de Relações Internacionais no Brasil, entre cursos em atividade ou em processo de extinção. Esses cursos também são divididos entre cursos ministrados presencialmente ou à distância. Ao todo, 141 destes cursos são cursos presenciais, correspondendo a aproximadamente 84% dos cursos no Brasil. Por outro lado, 27 cursos são à distância, correspondendo a 16% de todos os cursos disponíveis (EMEC, 2023).

No que se refere aos cursos ofertados no modo presencial, pode ser percebida uma desigualdade no número de acordo com as regiões administrativas do Brasil. A região Centro-Oeste possui 13 cursos presenciais, o que corresponde a aproximadamente 9% dos cursos totais. Já a região Nordeste possui 11 cursos, ou seja, quase 8% dos cursos totais. A região Norte é a que mais carece de cursos presenciais, com apenas 8 cursos, que correspondem a aproximadamente 6%. Por outro lado, a região Sudeste possui o maior número de cursos, com 81 no total, o que corresponde a aproximadamente 57% dos cursos totais no Brasil. Por fim, a região Sul possui 28 cursos presenciais, aproximadamente 20% do total (EMEC, 2023).

Tabela 1: Cursos presenciais em atividade por regiões do Brasil

<b>Centro-Oeste</b>	
Distrito Federal	8
Goiás	4
Mato Grosso	0
Mato Grosso do Sul	1
Total:	13
<b>Nordeste</b>	
Alagoas	0
Bahia	3
Ceará	1

Maranhão	0
Paraíba	2
Pernambuco	3
Piauí	0
Rio Grande do Norte	1
Sergipe	1
Total:	11
<b>Norte</b>	
Acre	0
Amapá	1
Amazonas	2
Pará	2
Rondônia	0
Roraima	2
Tocantins	1
Total:	8
<b>Sudeste</b>	
Espírito Santo	2
Minas Gerais	8
Rio de Janeiro	20
São Paulo	51
Total:	81
<b>Sul</b>	
Paraná	4
Rio Grande do Sul	17
Santa Catarina	7
Total:	28

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da plataforma EMEC.

Outra distinção importante é a categoria administrativa dos cursos presenciais de Relações Internacionais no Brasil. Dos 141 cursos presenciais, 66 (47%) estão em instituições privadas com fins lucrativos; 47 (33%) estão em instituições privadas sem fins lucrativos; 6 (4%) estão em instituições públicas estaduais e 22 (16%) estão em instituições públicas federais. Percebe-se a predominância de cursos privados, que representam 80% dos cursos no Brasil, frente aos cursos públicos, que representam 20% de todos os cursos. Desta forma, o ensino gratuito de Relações Internacionais no Brasil ainda se mostra minoritário (EMEC, 2023).

Tabela 2: Vagas anuais em cursos presenciais

Instituição (IES)	Vagas Anuais Autorizadas
CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO	150

CENTRO UNIVERSITÁRIO ARMANDO ALVARES PENTEADO	180
CENTRO UNIVERSITÁRIO BELAS ARTES DE SÃO PAULO	240
CENTRO UNIVERSITÁRIO CURITIBA	150
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA SERRA GAÚCHA	100
CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS AMÉRICAS	180
CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS	480
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BELO HORIZONTE	100
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA	320
CENTRO UNIVERSITÁRIO DINÂMICA DAS CATARATAS	100
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO DISTRITO FEDERAL	100
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE BRASÍLIA – IESB	240
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE	100
CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DO RECIFE	100
CENTRO UNIVERSITÁRIO IBMEC	200
CENTRO UNIVERSITÁRIO IBMR	300
CENTRO UNIVERSITÁRIO ÍTALO-BRASILEIRO	100
CENTRO UNIVERSITÁRIO JORGE AMADO	120
CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE DO RIO DE JANEIRO	50
CENTRO UNIVERSITÁRIO LUSÍADA	40
CENTRO UNIVERSITÁRIO METROPOLITANO DE SÃO PAULO	100
CENTRO UNIVERSITÁRIO MOURA LACERDA	50
CENTRO UNIVERSITÁRIO MULTIVIX VITÓRIA	100
CENTRO UNIVERSITÁRIO RITTER DOS REIS	300
CENTRO UNIVERSITÁRIO SAGRADO CORAÇÃO	70
CENTRO UNIVERSITÁRIO TABOSA DE ALMEIDA	100
CENTRO UNIVERSITÁRIO UMA	90
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVERSUS VERITAS	120
ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING	200
ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING DE PORTO ALEGRE	150
FACULDADE CATHEDRAL	100
FACULDADE CESUSC	100
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ	100
FACULDADE DE DIREITO DE ITÚ	100
FACULDADE DO INSTITUTO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	200
FACULDADE ESAMC CAMPINAS	160
FACULDADE ESAMC JUNDIAÍ	160
FACULDADE ESAMC SANTOS	100



FACULDADE ESAMC SÃO PAULO– ESAMC	160
FACULDADE ESAMC SOROCABA	160
FACULDADE ESAMC UBERLÂNDIA	200
FACULDADE IBMEC	100
FACULDADE IBMEC SÃO PAULO	150
FACULDADE LA SALLE	100
FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS	50
FACULDADE STELLA MARIS – FSM	40
FACULDADE UNITÀ	80
FACULDADES DE CAMPINAS	128
FACULDADES INTEGRADAS RIO BRANCO	225
FACULDADES INTEGRADAS RIO BRANCO GRANJA VIANNA	160
FGV / ESCOLA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS	100
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	55
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	76
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	50
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	50
INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA DE BRASÍLIA	80
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS	60
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS	120
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	470
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	150
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	124
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	60
UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI	700
UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES	480
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA	50
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETRÓPOLIS	60
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS	80
UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ	50
UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	200
UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA	120
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA	80
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	100
UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES	280
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO	160
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL	55

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	60
UNIVERSIDADE DE SOROCABA	140
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	44
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	40
UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA	300
UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	200
UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	140
UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI	40
UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	450
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA	144
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	140
UNIVERSIDADE EVANGÉLICA DE GOIÁS	120
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA	50
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	120
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	40
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	55
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	38
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	80
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	50
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	80
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	60
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	80
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	50
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	120
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	45
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	60
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	112
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	60
UNIVERSIDADE LA SALLE	60
UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA	60
UNIVERSIDADE PAULISTA	3220
UNIVERSIDADE POSITIVO	140
UNIVERSIDADE POTIGUAR	120
UNIVERSIDADE SALVADOR	100
UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU	900
UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA	340
UNIVERSIDADE VILA VELHA	120
<b>Total Geral</b>	<b>18991</b>

## **5. A educação à distância (EaD)**

Para que se possa ter um entendimento sobre o cenário atual do ensino de Relações Internacionais no Brasil, primeiro é necessário que alguns pressupostos sobre a educação à distância sejam explicitados. A discussão sobre o ensino à distância se mostra ainda muito debatida por teóricos da pedagogia e outras áreas correlatas, com diversas teorias sobre metodologias e definições para esse tipo de ensino.

Segundo Moran e Valente (2015):

“EaD (Educação à distância) é toda atividade de ensino e aprendizagem que não acontece na presença física do professor com seus alunos. (...) EaD são os processos de ensino e aprendizagem que se utilizam mais de tecnologias de comunicação do que da presença física e permitem maior flexibilidade de tempos, espaços e formas de ensinar e aprender que independem da presença física ou a integram em momentos pontuais, mas não necessários.” (MORAN; VALENTE, p. 87).

A educação à distância tem, inerentemente, algumas vantagens em comparação ao ensino presencial. Talvez a mais relevante seja a sua flexibilidade, pois esse tipo de ensino pode superar grandes barreiras para a educação, como localização e contexto cultural e socioeconômico. Com essa flexibilidade, estudantes podem ser formados de qualquer localização, independentemente de suas dificuldades estruturais (MORAN; VALENTE, 2015).

Por outro lado, cursos à distância possuem grandes dificuldades em sua formulação, e enfrentam desafios diferentes do presencial, uma vez que precisam considerar a interação entre alunos e professores, o modelo de tutoria, o método de avaliação e a metodologia dos professores adaptada para esse modelo, além de outros fatores importantes que determinarão o sucesso no ensino dos estudantes (MORAN; VALENTE, 2015).

A legislação brasileira teve a primeira regulamentação da educação à distância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996), porém, esse tipo de educação só foi regulamentado através do Decreto Nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Neste decreto, foram colocadas as condições para a criação de cursos à distância em todas as instâncias da educação (BRASIL, 2005).

A legislação foi atualizada com a Portaria Normativa Nº 11, de 20 de junho de 2017, com mudanças feitas de modo a atualizar o documento com soluções mais atuais que visavam aperfeiçoar os métodos para a criação de cursos à distância. Esse dispositivo legal coloca alguns

pressupostos importantes para o entendimento do funcionamento de cursos à distância no Brasil (BRASIL, 2017).

Um fator importante regulamentado pela Portaria Nº 11 (BRASIL, 2017), é o processo da criação de polos para as instituições de cursos à distância. De acordo com o Artigo 10º do documento: “O polo de EaD é a unidade acadêmica e operacional descentralizada, no país ou no exterior, para o desenvolvimento de atividades presenciais relativas aos cursos superiores a distância”. A criação de polos é regida pelo Artigo 12º: “As IES credenciadas para a oferta de cursos superiores a distância poderá criar polos EaD por ato próprio, observando os quantitativos máximos definidos (...), considerados o ano civil e o resultado do Conceito Institucional mais recente.” (BRASIL, 2017).

A educação à distância se mostrou por muito tempo como uma alternativa ao ensino convencional de estudantes, porém, com o início da pandemia da COVID-19 no final de 2019, esse tipo de ensino se tornou necessário para que a educação continuasse mesmo com a situação de emergência global. Assim, alunos e professores em todos os níveis de educação migraram sua atuação para a educação à distância, e tiveram que se adaptar às novas dinâmicas deste tipo de ensino (SALTA, 2022).

Essa situação se mostrou especialmente desafiadora para as instituições federais e estaduais, que na portaria de 2017 ainda não estavam credenciadas para o ensino à distância (BRASIL, 2017). Assim, um dispositivo legal (Portaria nº 343) foi emitido com a emergência da pandemia de forma a viabilizar atividades à distância, segundo o Artigo 1º do documento:

“Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.” (BRASIL, 2020).

O prazo de 30 dias da Portaria nº 343 foi estendido através de outros documentos devido a continuidade pandemia da COVID-19, porém com o alívio da situação pandêmica, as universidades retornaram suas atividades presenciais. Vale notar que a educação à distância se diferencia do ensino remoto e de aulas online ofertadas provisoriamente durante períodos de emergência como o da COVID-19, isso pois a educação à distância utiliza de recursos diferentes daqueles usados em outras modalidades (CASTRO; QUEIROZ, 2020).

Desta forma, a educação à distância ganhou espaço no cenário da educação superior no Brasil, o que se mostra no Censo da Educação Superior, publicado em 2022. O censo demonstrou que o número de estudantes matriculados na modalidade EaD quadruplicou entre 2010 e 2020, essa tendência se intensificou ainda mais com a pandemia da COVID-19, que

promoveu um crescimento de aproximadamente 26% entre períodos dos anos letivos de 2019 e 2020 (G1, 2022).

Com a expansão dos cursos na modalidade EaD, diversas problemáticas sobre a modalidade são colocadas à frente, uma delas sobre a qualidade dos cursos. Como demonstrado por Falcão e Garcia (2021), os cursos em EaD tem, em sua maioria, notas baixas de classificação no ENADE. Segundo os dados demonstrados pelas autoras, 82,5% dos cursos à distância receberam conceitos 1,2 ou 3 no ENADE, enquanto 17,6% obtiveram conceito 4 ou 5 (FALCÃO; GARCIA, 2021).

Embora estes dados demonstrem baixos desempenhos para os cursos nesta modalidade, as autoras demonstram que os números são similares àqueles de cursos presenciais, de modo que não existe grande disparidade comprovada entre a qualidade de cursos à distância e presenciais. É importante notar, ainda, que o número de instituições que participaram do ENADE com seus cursos à distância era consideravelmente inferior ao número de cursos em instituições presenciais que participaram do ENADE (FALCÃO; GARCIA, 2021).

No caso dos cursos de Relações Internacionais, como será descrito posteriormente no presente trabalho, os dados do ENADE diferem do dado geral devido ao fato que a maioria dos cursos à distância não foram analisados no exame, portanto não podem ser analisados criticamente em relação à sua qualidade de ensino. Estes dados alertam para uma preocupação necessária com a qualidade do ensino oferecido, uma vez que poucos cursos à distância oferecem uma quantidade de vagas altamente superior do que a de cursos presenciais (EMEC, 2023).

A qualidade dos cursos é discutida também por Bielschowsky (2018), que também analisa os resultados do ENADE 2015 e 2016. Quando são analisados os resultados ponderados apresentados, o autor conclui que a educação à distância demonstra resultados de qualidade inferior aos cursos presenciais. O autor ainda demonstra preocupação pelo aumento expressivo de matrículas nesta modalidade (BIELSCHOWSKY, 2018).

O número de vagas na educação à distância é outra problemática importante na discussão sobre a modalidade. Mesmo em 2007, antes mesmo da maior onda de expansão de cursos na modalidade EaD, já se mostrava um aumento desproporcional de vagas na educação à distância. Segundo Alonso (2010):

“Dados do Censo do Ensino Superior de 2007 indicaram que a graduação a distância era oferecida por 97 instituições, com o número de vagas aumentado em 89,4% em relação a 2006, totalizando 369.766 matrículas. Isto representava 7% do total de matrículas dos cursos de graduação” (ALONSO, 2010).

A utilização de tutores também se mostra como uma problemática quando se fala da educação à distância no Brasil. Os tutores são profissionais que auxiliam na formação de egressos na modalidade EaD e recebem parte das responsabilidades dos Docentes em troca do pagamento de bolsas. A utilização de tutores em cursos brasileiros é um motivo de preocupação para teóricos da área, de forma que estes profissionais muitas vezes não são devidamente qualificados para assumir algumas responsabilidades dos docentes. Além disso, as atividades dos tutores muitas vezes não são fiscalizadas por órgãos oficiais do governo brasileiro, pois nem mesmo nos documentos oficiais é claro a sua função exata dentro das IES (ALONSO, 2014).

Atualmente, segundo dados do Censo da Educação Superior de 2022, os cursos presenciais tiveram um total de 5.657.908 vagas disponíveis no ano em questão, enquanto os cursos à distância tiveram um total de 17.171.895 vagas no mesmo período. Assim, os cursos presenciais representam cerca de 24,7% de todas as vagas, enquanto cursos à distância representam cerca de 75,3% das vagas totais (MEC/INEP, 2022).

Quando se trata do número de ingressantes, o que se percebe é uma distribuição diferente. Cerca de 65% do total de estudantes que ingressaram em IES o fizeram em cursos à distância em 2022, enquanto cerca de 35% ingressaram em cursos presenciais. Assim, nota-se que um número maior de vagas na modalidade EaD não é preenchida se comparada com a modalidade presencial (MEC/INEP, 2022).

## 6. O cenário do ensino de Relações Internacionais à distância

O curso de Relações Internacionais passou a maior parte de sua história somente na modalidade presencial. Antes de 2014, a experiência de um curso 100% à distância não existia no Brasil e alguns anos se passaram até que mais cursos desse tipo fossem implementados no país (EMEC, 2023).

Tabela 3: Cursos à distância aprovados

Faculdade	Sigla	Data de Início	Data de Criação
Universidade Estácio De Sá	UNESA	26/08/2019	-
Universidade São Judas Tadeu	USJT	09/10/2020	30/09/2020
Universidade Cruzeiro Do Sul	UNICSUL	03/02/2020	31/10/2019

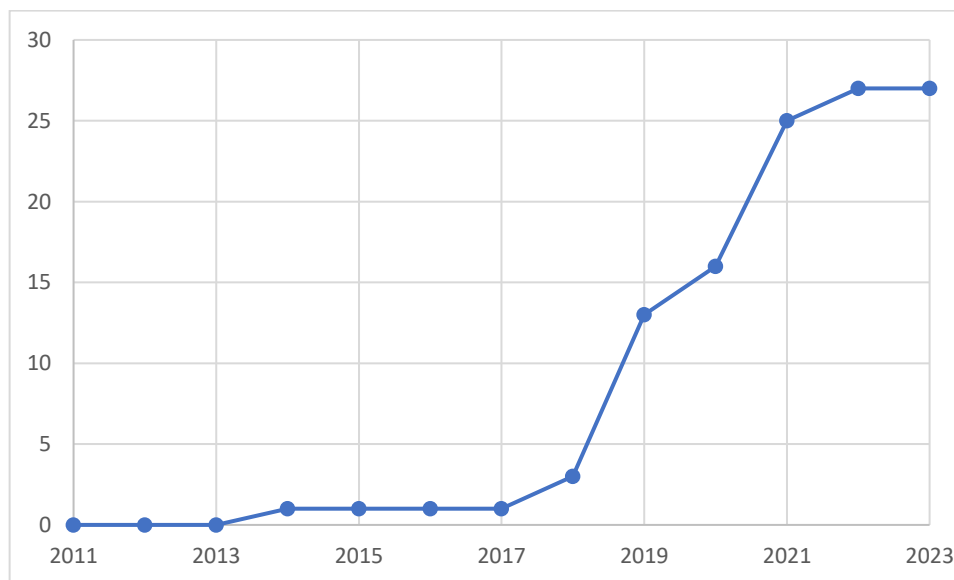
Centro Universitário Anhanguera Pitágoras Ampli	-	15/02/2021	04/02/2021
Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera	-	02/08/2021	07/05/2021
Universidade Paulista	UNIP	01/08/2019	11/04/2019
Centro Universitário De João Pessoa	UNIPÊ	01/09/2021	04/08/2021
Universidade Cidade De São Paulo	UNICID	03/02/2020	31/10/2019
Universidade De Franca	UNIFRAN	03/02/2020	30/10/2019
Centro Universitário Anhanguera Pitágoras Unopar De Niterói	UNIAN-RJ	10/08/2021	07/06/2021
Centro Universitário Braz Cubas	-	03/08/2020	24/04/2020
Universidade Anhanguera	UNIDERP	02/08/2021	06/05/2021
Centro Universitário Anhanguera Pitágoras Unopar De Campo Grande	-	Não iniciado	07/06/2021
Universidade Positivo	UP	03/08/2020	06/05/2020
Centro Universitário Estácio De Ribeirão Preto	ESTÁCIO RIBEIRÃO PRE	26/08/2019	-
Faculdade Multivix Serra	MULTIVIX SERRA	Não iniciado	19/10/2021
Centro Universitário Da Serra Gaúcha	FSG	01/02/2020	30/10/2019
Centro Universitário Leonardo Da Vinci	UNIASSELVI	11/02/2019	19/10/2018
Centro Universitário Internacional	UNINTER	18/08/2014	19/06/2014
Centro Universitário Estácio De Santa Catarina - Estácio Santa Catarina	-	26/08/2019	28/08/2019
Centro Universitário Estácio De Brasília - Estácio Brasília	ESTÁCIO BRASÍLIA	Não iniciado	22/07/2021
Centro Universitário Estácio Da Amazônia	ESTÁCIO AMAZÔNIA	Não iniciado	10/09/2021

Centro Universitário Sul-Americana	UNIFASAM	Não iniciado	11/05/2022
Centro Universitário Ítalo-Brasileiro	UNIÍTAO	Não iniciado	14/05/2019
Universidade Do Sul De Santa Catarina	UNISUL	29/07/2019	05/09/2018
Universidade Cândido Mendes	UCAM	Não iniciado	11/02/2019
Faculdade Americas International College	FAMG	Não iniciado	24/05/2022

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da plataforma EMEC.

Como evidenciado pela Tabela 3, o primeiro curso de Relações Internacionais na modalidade à distância foi criado no ano de 2014, desde então, outros 31 cursos foram aprovados pelo Ministério da Educação, dos quais 26 permanecem em atividade. É importante notar que a data de início dos cursos reflete o início do ensino propriamente dito, enquanto a data de criação reflete a aprovação dos cursos junto ao MEC (EMEC, 2023).

Gráfico 2: Número de cursos à distância ofertados



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da plataforma EMEC.

Como evidenciado pelo Gráfico 2, a criação de cursos de RI à distância não acontece entre os anos de 2015 e 2017, porém inicia o crescimento a partir do ano de 2018, o qual tem a criação de dois novos cursos. O ano de 2019 demonstra o maior crescimento entre todos os anos, com dez cursos criados. Em 2020, ano de início da pandemia da COVID-19, a criação de cursos



diminuiu, com três cursos criados. Em 2021 mais um salto ocorre, com a criação de nove cursos. Em 2022, dois cursos são criados, e em 2023 nenhum curso na modalidade EAD é criado. (EMEC, 2023)

Tabela 3: Vagas anuais em cursos à distância

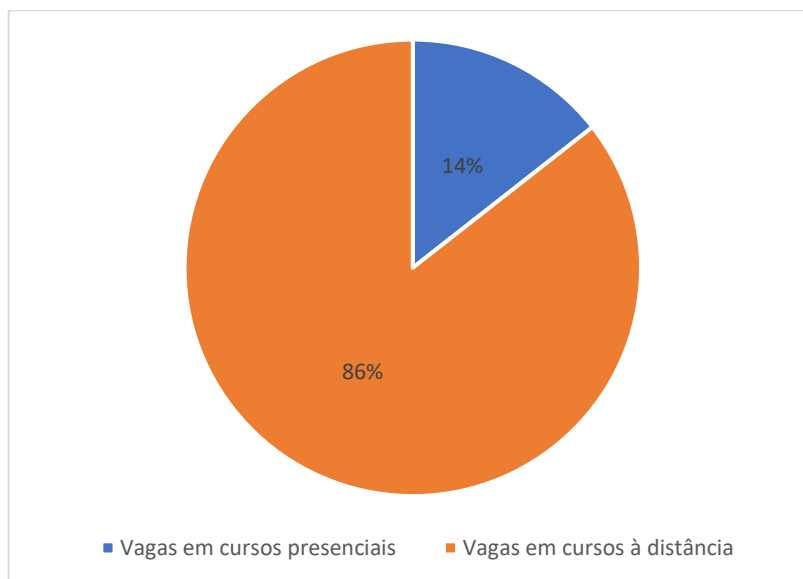
<b>Instituição (IES)</b>	<b>Vagas Autorizadas</b>
Centro Universitário Anhanguera Pitágoras Ampli	5000
Centro Universitário Anhanguera Pitágoras Unopar De Campo Grande	3000
Centro Universitário Anhanguera Pitágoras Unopar De Niterói	3000
Centro Universitário Braz Cubas	500
Centro Universitário Da Serra Gaúcha	500
Centro Universitário De João Pessoa	200
Centro Universitário Estácio Da Amazônia	1000
Centro Universitário Estácio De Brasília - Estácio Brasília	1000
Centro Universitário Estácio De Ribeirão Preto	270
Centro Universitário Estácio De Santa Catarina - Estácio Santa Catarina	787
Centro Universitário Internacional	1500
Centro Universitário Ítalo-Brasileiro	1000
Centro Universitário Leonardo Da Vinci	7610
Centro Universitário Sul-Americana	500
Faculdade Americas International College	200
Faculdade Multivix Serra	1000
Universidade Anhanguera	3000
Universidade Cândido Mendes	1200
Universidade Cidade De São Paulo	1000
Universidade Cruzeiro Do Sul	1000
Universidade De Franca	500
Universidade Do Sul De Santa Catarina	300
Universidade Estácio De Sá	1732
Universidade Paulista	73260
Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera	3000
Universidade Positivo	500
Universidade São Judas Tadeu	100
<b>Total Geral</b>	<b>112659</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da plataforma EMEC.

Outro fator a ser considerado sobre os cursos de RI na modalidade EAD é uma clara diferença na oferta de vagas que esses cursos possuem em relação aos cursos presenciais.

Enquanto as vagas em cursos presenciais são limitadas a um determinado número de vaga pela natureza presencial e outras circunstâncias, cursos à distância conseguem trazer um número maior de vagas, por conseguirem a criação de vagas através de novos polos, que podem ser criados de acordo com a conceituação da instituição junto ao MEC (BRASIL, 2017). Este descompasso pode ser verificado de forma clara no Gráfico 3:

Gráfico 3: Total de vagas no curso de Relações Internacionais



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da plataforma EMEC.

Em relação aos cursos à distância em RI no Brasil, o que se mostra é uma ausência considerável de dados classificatórios baseados no ENADE. Dos 26 cursos de RI à distância em atividade no Brasil, apenas um deles recebeu uma nota de conceituação pelo ENADE, a instituição UNINTER, que em 2018 recebeu classificação 2 no exame, com um total de 258 alunos testados de uma população total de 342 (INEP/MEC, 2018). Desta forma, com exceção da instituição mencionada, todos os cursos de RI à distância no Brasil não obtiveram classificação no ENADE, incapacitando a análise do desempenho dos estudantes e da composição destes cursos (EMEC, 2023).

## 7. A nova expansão de cursos e seus possíveis efeitos

Os resultados deste estudo permitem concluir que é possível identificar uma nova onda de expansão dos cursos de graduação oferecidos no Brasil que se inicia em 2019 e se estende até a 2023, onda que pode ser descrita como o período de expansão de cursos à distância.

Essa nova onda pode ser comprovada em função da criação de diversos cursos à distância nos últimos anos, além da expansão na oferta de vagas desta modalidade. Essa nova onda de expansão se inicia em 2019, e se deve a três motivos principais: o acesso crescente aos meios e tecnologias de informação e comunicação, a flexibilização da legislação e a emergência global da COVID-19 (EMEC, 2023).

O acesso crescente aos meios e tecnologias de informação e comunicação foram um fator importante para a expansão dos cursos à distância nos últimos anos, por possibilitarem outros tipos de interação entre professor e aluno que não eram possíveis em décadas anteriores. Assim, a tendência é de que a educação se adeque a essas novas tecnologias, e se adapte para oferecer maiores opções para os estudantes (BRUZZI, 2016).

Além disso, a legislação brasileira em 2017 possibilitou maiores opções para instituições de ensino que buscavam criar cursos à distância, o que facilitou não só a criação dos cursos como sua rápida expansão (BRASIL, 2017). Assim, a criação de novos cursos já se inicia em 2018, e tem seu ápice em 2019 (EMEC, 2023).

A emergência da COVID-19 no ano de 2019 também é um fator que contribuiu para a onda de expansão dos cursos à distância. Em função das medidas de isolamento social, outras alternativas para a educação superior precisaram ser consideradas pelos cidadãos brasileiros, de forma a garantir que sua educação não fosse parada pela emergência (SALTA, 2022). Assim, uma procura maior se deu por este tipo de educação, o que pode ter contribuído também para a ascensão desta modalidade no Brasil.

A situação atual dos cursos à distância em Relações Internacionais pode trazer à frente discussões importantes sobre o ensino de RI no Brasil. Uma destas discussões é sobre uma possível mercantilização do ensino superior sob esse novo paradigma. Esta discussão se cria a partir da ideia de que as instituições que oferecem esta modalidade de curso são exclusivamente privadas, e tem a capacidade de oferecer um número maior de vagas que instituições públicas, tornando a prática da educação uma mercadoria a ser negociada a partir das lógicas de mercado no sistema econômico vigente (CARVALHO, 2013).

Um fator que pode contribuir para a lógica da mercantilização dos cursos é a conceituação dos cursos à distância no ENADE, de modo que a maioria dos cursos não foi classificado no exame, sendo assim impossível averiguar efetivamente a sua capacidade de formação de profissionais no campo das Relações Internacionais. Desta forma, a ideia de que os cursos nesta modalidade não obtiveram uma classificação contribui para a lógica da educação-mercadoria (CARVALHO, 2013).

Outra discussão que se cria com a situação atual dos cursos à distância em Relações Internacionais é um possível aumento do acesso que esta modalidade pode conferir. Como verificado anteriormente, o curso de Relações Internacionais se mostra principalmente nas regiões sudeste e sul do Brasil, o que representa 77% de todos os cursos no território nacional (EMEC, 2023). Desta forma, a concentração do ensino de RI é especialmente prejudicial para cidadãos que se localizam em outras regiões, que possuem menos opções de instituições e maiores amarras econômicas e sociais para a educação na área.

Assim, a educação à distância surge como uma alternativa para regiões mais remotas do país, oferecendo o acesso à educação para aqueles que previamente não tinham essa opção. Assim, o argumento pode ser colocado de que essa modalidade pode promover uma democratização ainda maior do ensino de Relações Internacionais, visto que os cursos à distância geralmente oferecem valores menores que cursos presenciais em IES privadas, assim possibilitando o acesso à educação para indivíduos que eram parados pela barreira econômica.

Por fim, outra discussão importante que surge da situação atual dos cursos à distância é uma possível inflação no mercado de Relações Internacionais com o aumento massivo da oferta de vagas em função dos cursos à distância. Como previamente mencionado, os cursos à distância oferecem 86% de todas as vagas na área de Relações Internacionais no Brasil, assim, esse aumento na quantidade de vagas pode levar a um mercado de trabalho ainda mais concorrente para os graduados na área.

## **8. Conclusão**

A evolução dos cursos de Relações Internacionais ao longo dos anos foi um processo de gradual crescimento, que continua ocorrendo até os dias de hoje indo em conjunto com as mudanças na estrutura global e na própria pedagogia. Com as diversas ondas de crescimento do curso de RI, o curso se mostrou cada vez mais acessível para diferentes localidades no Brasil, em contraste com a situação anterior, na qual o curso era centrado principalmente na região sudeste e na capital Brasília (MAIA, 2020).

Essa acessibilidade também é impactada pela gratuidade ou não dos cursos oferecidos. Em um país com uma grande desigualdade social como o Brasil, a educação superior é inacessível para uma parcela da população que, se não está localizada nos grandes centros, deve arcar com os custos que essa educação requer. Assim, a expansão nos anos 2000 da educação

pública, especialmente federal, trouxe alguns avanços para garantir o acesso de estudantes em todos os estados brasileiros (PINTO, 2004).

É notável que a expansão dos cursos à distância teve um impacto substancial na estrutura da educação de Relações Internacionais, e que este impacto tende a continuar ao longo dos anos. Alguns fatores, que não estão no escopo da presente pesquisa, devem ser analisados em pesquisas futuras, de forma a esclarecer pontos importantes sobre a educação de Relações Internacionais no Brasil.

Primeiramente, um estudo adicional deve ser executado com o objetivo de analisar os cursos à distância de RI a fundo, focando principalmente em seus Projetos Acadêmico-Pedagógico, de forma a explicitar exatamente as disciplinas que estão sendo ministradas e a forma como elas estão sendo ministradas. Esse estudo seria de suma importância de modo que a grande maioria destes cursos não possui classificação no ENADE, o que dificulta uma análise em comparação com outros cursos brasileiros.

Além disso, um estudo também deve ser executado para analisar o impacto exato da pandemia da COVID-19 no ensino de Relações Internacionais. As atividades à distância forçadas pela pandemia mudaram completamente as operações de todos os cursos de Relações Internacionais no Brasil, e desta forma, o impacto desta conjuntura deve ser estudado a fundo para que possíveis efeitos sejam metrificados.

Por fim, um estudo também deve ser conduzido para avaliar o impacto da disponibilização massiva de vagas à distância em comparação a vagas presenciais. Esse impacto deve ser metrificado principalmente no mercado de trabalho, que pode receber uma quantidade maior de indivíduos formados em Relações Internacionais. Este mesmo estudo também deve incluir dados de matrícula tanto dos próprios cursos à distância quanto dos presenciais.

Com os dados apresentados no presente estudo, outros caminhos de pesquisa podem ser seguidos para que fatores importantes sobre a educação de RI não sejam ignorados. O campo de Relações Internacionais é um que está em constante evolução, e cabe à comunidade científica a contínua análise sobre a sua natureza e os seus impactos na sociedade brasileira e internacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Kátia Morosov. A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E A EaD: dinâmicas e lugares. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1319-1335, dez. 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/TgSHBsj9L6Rv38CGWcnq7Kn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 08 nov. 2023.

ALONSO, Katia Morosov. A EaD no Brasil: sobre (des)caminhos em sua instauração. **Educar em Revista**, [S.L.], v. 1, n. 4, p. 37-52, out. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.38643>.

BIELSCHOWSKY, Carlos Eduardo. Qualidade na Educação Superior a Distância no Brasil: onde estamos, para onde vamos?. **Ead em Foco**, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 1-26, 28 mar. 2018. Fundacao CECIERJ. <http://dx.doi.org/10.18264/eadf.v8i1.709>.

BRASIL. **Decreto Nº 5.622**. Brasília, 19 dez. 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5622-19-dezembro-2005-539654-publicacaooriginal-39018-pe.html>. Acesso em: 24 out. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 10861**. Brasília, 14 abr. 2004. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm). Acesso em: 28 out. 2023.

BRASIL. **Portaria Normativa Nº 11**. Brasília, 20 jun. 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2017-pdf/66441-pn-n11-2017-regulamentacao-ead-republicada-pdf/>. Acesso em: 24 out. 2023.

BRASIL. **Portaria Nº 343**. Brasília, 17 mar. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 25 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. s/ d. **Padrões de qualidade para os cursos de Relações Internacionais**. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/padreli.pdf>. Acesso em: 29 out 2023.

BRUZZI, Demerval Guilarducci. Uso da tecnologia na educação: da história à realidade atual. **Polyphonia**, Brasília, v. 27, n. 1, p. 475-483, jan. 2016. Disponível em: [https://www.academia.edu/download/47340212/Artigo\\_UFG\\_Revista\\_Polyphonia.pdf](https://www.academia.edu/download/47340212/Artigo_UFG_Revista_Polyphonia.pdf). Acesso em: 02 nov. 2023.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Revista Brasileira de Educação**, Brasília, v. 18, n. 54, p. 761-801, jul. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/pQPdZ9QyVRTz6qBym83HNxK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 nov. 2023.

CASTRO, Eder Alonso; QUEIROZ, Eliziane Rodrigues de. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E ENSINO REMOTO: distinções necessárias. **Revista Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, [S.L.], v. 2, n. 3, p. 3-17, 14 set. 2020. Revista Nova Paideia. <http://dx.doi.org/10.36732/riep.v2i3.59>.

EMEC (org.). **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior**: cadastro e-mec. Cadastro E-MEC. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>. Acesso em: 31 out. 2023.

FALCÃO, Lena Cavalcante; GARCIA, Luciana Silva. QUALIDADE DOS CURSOS EM EAD OFERTADOS NO BRASIL À LUZ DO ENADE NO PERÍODO DE 2007 A 2016. **Revista de Gestão, Economia e Negócios**, [S.L.], v. 1, n. 1, p. 1-23, fev. 2021. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/regen/article/view/5151>. Acesso em: 08 nov. 2023.

G1 (org.). **Pela 1ª vez na história, graduações à distância têm mais alunos novos do que as presenciais, diz Inep**. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/02/18/pela-1a-vez-na-historia-graduacoes-a-distancia-tem-mais-alunos-novos-do-que-as-presenciais-diz-inep.ghtml>. Acesso em: 08 nov. 2023.

HERZ, Monica. **O crescimento da área de relações internacionais no Brasil**. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 7-40, jan./ jun. 2002.

INEP/MEC (org.). **RELATÓRIO DE CURSO: Relações Internacionais "Centro universitário internacional"**. Brasília: Inep, 2018. 27 p. Disponível em: <https://enade.inep.gov.br/enade/#!/relatorioCursos>. Acesso em: 08 nov. 2023.

MAIA, Marrielle (org.). **Formação em Relações Internacionais no Brasil: panorama dos cursos de graduação e perfil dos egressos**. Belo Horizonte: Editora Puc Minas, 2020. 247 p.

MIYAMOTO, Shiguenoli. O ENSINO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL: problemas e perspectivas. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 1, n. 20, p. 103-114, jun. 2003.

MEC/INEP (org.). **Censo da Educação Superior 2022: principais resultados**. Brasília: Inep, 2022. 43 p.

PFRIMER, Matheus Hoffmann; OKADO, Giovanni Hideki Chinaglia. Dispersão e concentração espaciais dos cursos de Relações Internacionais no Brasil: contrastes e desafios da expansão da oferta nacional. **Carta Internacional**, [S.L.], v. 14, n. 1, p. 225-249, 21 maio 2019. Associação Brasileira de Relações Internacionais –

ABRI. <http://dx.doi.org/10.21530/ci.v14n1.2019.867>. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Matheus-Pfrimer/publication/333248755\\_Dispersao\\_e\\_concentracao\\_espaciais\\_dos\\_cursos\\_de\\_Relacoes\\_Internacionais\\_no\\_Brasil\\_contrastes\\_e\\_desafios\\_da\\_expansao\\_da\\_of](https://www.researchgate.net/profile/Matheus-Pfrimer/publication/333248755_Dispersao_e_concentracao_espaciais_dos_cursos_de_Relacoes_Internacionais_no_Brasil_contrastes_e_desafios_da_expansao_da_of)

PINTO, José Marcelino de Rezende. O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 727-756, out. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/v4QvPxCR99Z874zpkLvmSMF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 nov. 2023.

SALTA, Katerina et al. Shift from a Traditional to a Distance Learning Environment during the COVID-19 Pandemic. **Science & Education**, v. 31, n. 1, p. 93-122, 2022.

VALENTE, José Armando; MORAN, José Manuel. **Educação à Distância: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus Editorial, 2011.